



Aos Dezesesseis dias do mês de Fevereiro de 2024, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Embu-Guaçu, na sala de Reunião do Sindicato dos Funcionários Públicos de Embu-Guaçu, à Rua José Herculano, 61 – Jardim Emília, para tratar dos assuntos da pauta: - Leitura e apreciação da ATA da reunião anterior; Em Ato contínuo a presidente da andamento a pauta falando da ausência dos membros do conselho nas reuniões mensais, retomando o art. 42 da lei nº2056, regimento interno do CME. A conselheira Vanessa corrige a citação da ata anterior na qual a mesma solicitou as visitas do conselho para fiscalizar a precariedade das unidades escolares municipais, sugerindo as visitas a partir da próxima semana. A presidente fala da retomada do cronograma das visitas as escolas municipais, que devido a demanda de final de ano e a indisponibilidade de conselheiros só foi possível visitar algumas escola municipais do bairro do cipó, sendo elas EM Cecilia Cristina de Oliveira Rodrigues, EM Alfredo Schunck, EM Elton Rocumback dos Santos, EM Paiol Velho, EM Jonas Gomes De souza, EM Raisa Casoy, EM Floriza Justa Schunck, visitadas pelas conselheiras Perla, Fabiana, Helen, Vanessa, Elisângela e Fernanda, coloca em discussão se conclui-se o documento com as escolas que foram visitadas ou dá-se continuidade as visitas, para que o documento conste todas as unidades escolares, a conselheira Perla, Elizângela e Vanessa falam da importância de dar continuidade as visitas para então concluir o documento, ficou decidido então que iremos dar continuidade as visitas, a conselheira Perla fala da importância do conselho ter um documento de identificação do conselho para apresentar ao responsável da escola no ato da visita. Em ato contínuo a presidente fala sobre a evolução dos professores que até o momento não foi paga, já são três evoluções atrasadas, a conselheira Elizângela fala que esta é uma situação que já foi denunciado pelo sindicato, o conselheiro Mauricio Morando fala da situação financeira relatado em conversa com a secretaria de educação onde a mesma fala que a educação está passando por dificuldades financeiras e que até o mês de agosto pode vir a faltar a merenda escolar, a conselheira Elizângela argumenta a fala da secretaria da falta de alimentos, quando foi recebido uma denúncia de alimentos da escola João Gava que foi deixado na escola Em Benedito e que com passar dos dias as frutas e legumes estragaram a ponto dos funcionários não aguentarem o mal cheiro, a secretaria esteve presente para ver a situação e tomar as providencias cabíveis a situação que resultou no descarte de grande parte dos alimentos, o assunto da dificuldade financeira da continuidade com a fala da conselheira Elizângela que além da ação da evolução, foi ganho a causa do DSR (descanso semanal remunerado) que era pago com cálculo errado e que a partir deste mês foi regulamentado e os professores começaram a receber e que a ação ganha pelo sindicato representante dos professores (Siproem) gera um passivo de cinco anos, o conselheiro Morando fala das licenças prêmio que também deverão ser

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]



pagas e que diante da situação financeira precária o número de comissionados na prefeitura só aumenta. Em ato contínuo a conselheira Perla fala que diante de toda a falta de dinheiro o município perde o valor do VAAR (Valor aluno ano resultado), por motivo do município não atingir o índice de qualidade e que esse resultado deveria ser questionado pelo conselho à secretaria, qual a resposta do MEC, quais os campos não atingidos e quais os planos para mudar esse cenário, a conselheira Elizangela fala da falta de coordenadores na rede municipal e que se precisa ampliar essa quantidade, tendo um coordenador para cada escola como consta no plano de carreira, Perla apoia a fala da Elizangela ressaltando a importância do apoio pedagógico para a melhoria do resultado do VAAR, A conselheira comenta mais alguns critérios que esbarra no plano de carreira que seria o critério do diretor escolhido pela comunidade, a conselheira Elizangela questiona esse critério onde o município esta dentro da legalidade, o estudo desse critério ficou a ser analisado. Em ato contínuo voltamos ao assunto da qualidade da água que foi discutido na reunião anterior e o conselheiro Morando apresenta o filtro de água que foi retirado de uma escola, visível as condições precárias, falta de manutenção e relata a denúncia feita pelo CAE de pessoas não qualificadas a cuidar da manutenção das caixas d'água. A reunião da continuidade voltando ao assunto ao atendimento domiciliar, que não houve atribuição para esse atendimento e que segundo consulta feita ali durante a reunião as conselheiras Vanessa e Viviane constataram que as crianças constam matriculadas, enfatizando o assunto da garantia de direitos desse alunos a conselheira Maria Lucia comenta da construção de uma minuta e esta depois de concluída será encaminhado ao setor jurídico, diante da falta desse atendimento ficou acordado ali que o conselho ira encaminhar um oficio cobrando um parecer da situação a SME, a conselheira Rosangela fala que este é um assunto que demanda ser tratado também pelo CMDCA (Conselho municipal da criança e adolescente) Os conselheiros debateram sobre a construção da minuta e a importância de se garantir o direito das crianças e adolescentes, não só esses em questão mas todos aqueles que vierem a ter necessidades de atendimentos. Em ato contínuo a Presidente fala da falta de material escolar e que este assunto foi levado as redes sociais por uma mãe de aluno que se sentiu indignada pela escola enviar uma lista solicitando alguns materiais, a Conselheira Rosangela fala da dificuldade que muitos municípios vêm enfrentando e que não conseguem fornecer aos alunos materiais escolares básicos e nem uniforme. Encerrando a reunião a conselheira Perla pede a palavra par falar da indicação oficial da conselheira Vanessa para o Fundeb, ficou acordado que na próxima reunião faremos constar em ata a indicação.

Finalizando com o agradecimento da Presidente com a participação de todos os participantes na reunião e todos os presentes conforme lista de chamada.



Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Embu-Guaçu, na sala de Reunião do Sindicato dos Funcionários Públicos de Embu-Guaçu, situado à Rua José Herculano, 61 – Jardim Emília, para tratar dos seguintes assuntos da pauta: - Leitura e apreciação da ATA da reunião anterior; em seguida em resposta ao ofício 08/2024 referente o chamamento público dos coordenadores pedagógicos, abordamos as questões do cargo extinto de dirigentes, que em algumas unidades escolares desempenham papéis em desvio de função, sem o acompanhamento de quem responda legalmente, seja o diretor escolar e/ou núcleo pedagógico. Em seguida analisamos os vídeos e fotos da denúncia feita da Escola Municipal Wladimir Costas, onde a pedido do núcleo pedagógico, foi feita uma modificação na unidade escolar, com placas de drywall, que inadequadamente dividiram um salão, e neste salão ficaria a sala da diretoria, secretaria e uma sala de berçário, sem ventilação e espaço físico para acomodar os bebês e uma sala para a realização do atendimento do AEE, a conselheira Maria Lúcia explanou que foi feito de comum acordo com a equipe escolar, através de uma enquete, a conselheira Gisele informou que a diretora da unidade escolar sra°. Márcia Pombo foi contra a essa estruturação. O conselheiro Maurício Morando questionou se há uma normativa que ampare o núcleo pedagógico neste procedimento. A conselheira Perla explana a legislação de escola particular e que essa legislação se estende as redes públicas municipais, e frisa que para ter um atendimento adequado para os bebês e crianças precisa haver iluminação e ventilação. O conselheiro Maurício Morando, colocou em pauta os apontamentos feitos pelo CECANE, e um dos apontamentos feitos seria solicitar à adequação higiênico-sanitário, e que todas as escolas precisaram ter refeitórios adequados para atendimento dos alunos. Ao se tratar da educação inclusiva do município a conselheira Maria Lucia informa que temos a equipe multidisciplinar, para atender a demanda da educação municipal, e que esta equipe é composta por: 2-psicólogas, 1-assistente social, 2-psicopedagogas e 1-fonoaudióloga. A conselheira Vanessa solicita formação direta para seus professores. Solicitamos também uma formações específicas nas unidades escolares voltada para a educação inclusiva, formações estas feita pelo setor pedagógico, ou palestrantes. Ato contínuo, recebemos uma solicitação do grupo " Mães Unidas por uma Causa", que solicitam apoio ao movimento, e aos assuntos pertinentes à saúde pública relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista, onde até o momento essas mães não têm conhecimento de quaisquer ações concretas para a qualidade de vida, acompanhamento e bem-estar dessas famílias. Ao final da reunião foi feita a indicação oficial da conselheira Vanessa Brito Mendes como representante do Conselho Municipal de Educação no CACS-FUNDEB

[Handwritten signature]
forastado,

[Handwritten signature], *[Handwritten signature]*, *[Handwritten signature]*

[Handwritten signature]



Permanece em seu mandato durante a vigência do conselho supracitado acima.
Finalizando com o agradecimento da Presidente com a participação de todos os
participantes na reunião e todos os presentes conforme lista de chamada.

Reynaldo B. S., [Signature], [Signature], [Signature], [Signature]